

**ALGUMAS ÁREAS DE VARIAÇÃO
SINTÁTICA ENTRE O PE E O PB E
IMPLICAÇÕES PARA O
ENSINO/APRENDIZAGEM DO PLE**

Ana Maria Brito

Algumas áreas de variação sintática entre o PE e o PB e implicações para o ensino/aprendizagem do PLE

Some areas of syntactic variation between EP and BP and consequences for teaching/ learning of Portuguese as a Foreign Language

Resumo: Neste texto analisam-se algumas áreas de variação sintática em Português a partir de duas variantes relativamente estáveis, o Português Europeu e o Português Brasileiro (a morfologia verbal, a expressão do sujeito, o sistema pronominal, a ordem de palavras, a expressão do objeto indireto, as orações relativas e vários aspetos do sintagma nominal) e tiram-se algumas implicações no que diz respeito ao ensino de Português Língua Estrangeira, nomeadamente sugere-se que, em aula de gramática, essas áreas devem constituir objeto de ensino, preferencialmente sob a forma de oficinas gramaticais.

Palavras-chave: variação sintática, Português Europeu, Português Brasileiro, ensino/aprendizagem de PLE.

Abstract: In this text I analyze some areas of syntactic variation in two stable varieties, European Portuguese and Brazilian Portuguese (verbal morphology, the expression of subject, the pronominal system, the expression of indirect object, relative clauses and various aspects of the syntax of Nominal Phrase) and some consequences of this variation for Portuguese as Foreign Language teaching are presented. In particular I suggest that, in a grammar class, these areas should be the object of teaching, preferably in the form of grammatical workshops.

Key-words: syntactic variation, European Portuguese, Brazilian Portuguese, teaching / learning of Portuguese as Foreign Language.

Introdução

Como resultado de uma forte expansão no mundo ao longo de vários séculos, o Português tornou-se uma língua policêntrica, uma das mais faladas no mundo, a mais falada no hemisfério sul e uma língua usada em todos os continentes. O interesse pela aprendizagem do Português é crescente e assiste-se em vários países africanos de língua oficial portuguesa, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe em particular, a uma crescente nativização (vejam-se os dados dos mais recentes censos nestes países).¹

Porém, enquanto no conjunto das variedades nacionais do Português, há duas bastantes estáveis, o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB), há outras ainda em emergência, ainda em formação, como é o caso do Português Angolano e do Português Moçambicano, para além das variedades do Português em países com crioulos, como é o caso de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau.

Esta circunstância coloca problemas ao ensino do Português como língua Estrangeira: que variante escolher? Que norma tomar como ponto de referência em sala de aula?

Neste texto, proponho-me analisar algumas áreas de variação sintática em Português em duas variantes relativamente estáveis, o PE e o PB, e refletir sobre o modo como o ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE) deve encarar essa variação.

O texto está organizado da seguinte maneira: em 1. recordam-se alguns aspetos da gramática do PE e do PB que apresentam contrastes e em 2. tiram-se algumas consequências quanto ao ensino de PLE. O ponto 1. está organizado por grandes temas inter-relacionados.

¹ Em Angola, num total de 25, 7 milhões de pessoas, de acordo com Censo de 2014, praticamente 70% tem o Português como L2; ver, entre outros, <https://blogs.opovo.com.br/girolusofono/2016/05/30/lingua-portuguesa-e-falada-por-71-dos-angolanos-aponta-censo/>. Em Moçambique quase 50% da população “sabe Português”, de acordo com o Censo de 2017 (isto é, 10.535.90 de pessoas respondem “sabe Português”, para 11.707.468 que respondem “não sabe Português”) <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/08-lingua/quadro-24-populacao-de-5-anos-e-mais-por-condicao-de-conhecimento-da-lingua-portuguesa-e-sexo-segundo-area-de-residencia-e-idade-mocambique-2017.xlsx/view>

Em S. Tomé e Príncipe, mais de 90% da população tem o Português como língua materna (170.309 num total de 187.356 de falantes em 2012). (Cf. Gonçalves & Hagemeier 2015).

1. Algumas propriedades gramaticais distintivas entre PE e PB

1.1. Morfologia verbal, expressão do sujeito, concordância, sistema pronominal e ordem de palavras em PE

Como resultado de um longo processo evolutivo a partir do Latim, o Português, língua que dá os primeiros sinais de individualidade no léxico a partir do século VI, mas que só se estabiliza entre os séculos XII e XVI, perde a flexão casual nos sintagmas nominais, sendo as funções sintáticas desses constituintes na frase dadas pela ordem de palavras, pelos artigos nas expressões nominais e pela presença de preposições variadas, algumas verdadeiras categorias lexicais, outras apenas marcas de caso.²

Sendo uma língua flexional e de morfologia verbal muito rica, o Português é marcado positivamente em relação ao parâmetro do sujeito nulo, exibindo sujeitos pronominais nulos, principalmente de 1ª e 2ª pessoas, recuperáveis pelos morfemas de pessoa e número do verbo, como em (1):³

(1)(a) Telefonei aos teus amigos.

(b) Vieste tarde.

Quando se trata de pronomes nulos de 3ª pessoa o sujeito é muitas vezes ambíguo (ver 1c):

(1)(c) Cantava muito naquele verão.⁴

Como consequência desta marcação positiva, a língua tem sujeitos nulos expletivos ou não argumentais (2a, 2b), comporta um *se* nominativo, impessoal ou indeterminado (3a, 3b), podendo ainda usar uma forma plural do verbo para indicar que o sujeito nulo é arbitrário (equivalente a ‘alguém’ e não exatamente a um “eles” específico), como em (3c):

(2)(a) Há barulho na rua.

(b) Choveu muito esta noite.

(3)(a) Come-se bem em Portugal.

(b) Diz-se que vai haver eleições.

(c) Dizem que vai haver eleições.

² Cf. Mota (2008).

³ No PE e noutras línguas de sujeito nulo, o sujeito é *pro*, um pronome nulo mas com traços de pessoa e número que desencadeiam a concordância com o V. Para uma discussão ver, em particular, Lobo (2013), Duarte & Figueiredo Silva (2016), Duarte (2020).

⁴ Neste caso poderia ser o sujeito “eu” ou 3ª pessoa (*ele* ou *ela*).

Sendo uma língua flexional, há inúmeros casos de concordância; um desses processos manifesta-se na relação entre sujeito e predicado (vejam-se, entre outros, os exemplos (1)).

A concordância verbal rica e a natureza de sujeito nulo do Português são, certamente, duas das razões da existência do Infinitivo Flexionado, mas não as únicas, já que há outras línguas românicas de flexão rica e de sujeito nulo, mas que não têm esta forma verbal.⁵ Vejam-se, entre outros, os seguintes exemplos de subordinação completiva (4) e de subordinação adverbial (5):

(4)(a) Os estudantes lamentam os professores terem saído tão cedo.

(b) Os estudantes lamentam terem os professores saído tão cedo.⁶

(5)(a) Antes de os pais saberem, já os amigos tinham espalhado a novidade.

(b) Fiz um bolo para eles comerem ao lanche.

(c) Preparei tudo a fim de podermos ir ao cinema à noite.

O Português tem um sistema pronominal diversificado, marcado por vários fatores: pelo caso (veja-se a diferença entre *eu, me, mim, migo*, respetivamente nominativo, acusativo / dativo, oblíquo do pronome de 1ª pessoa do singular)⁷, pela natureza clítica e não clítica dos pronomes pessoais e pela existência de três padrões de colocação de clíticos.

Assim, às formas fortes / não clíticas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas, migo, tigo, sigo, nosco, vosco*, juntam-se as formas clíticas *o, a, os, as, me, te, se, nos, vos* (sabendo que *o, a, os, as*, podem tomar as formas *lo, la, los, las, no, na, nos, nas*, em função do contexto fonético).

É bem conhecido que o Português Europeu tem três padrões de colocação de pronomes clíticos:

- a ênclise, como em orações afirmativas não marcadas (6a), coordenadas (6b) e em orações subordinadas infinitivas (6c):⁸

(6)(a) Eu vi-o hoje.

(b) Eu vi-o e cumprimentei-o.

⁵ Sobre Infinitivo Flexionado ver Raposo (1987), Barbosa & Raposo (2013), entre outros.

⁶ Como Raposo (1987) notou, neste tipo de contexto pode operar a “inversão AUX-SN_{SU}”, como no exemplo (4b), que o autor analisa como resultado de subida do Aux para um COMP nulo. Sobre esta questão ver o trabalho do autor e ainda Barbosa & Raposo (2013).

⁷ Na terceira pessoa há distinção entre acusativo (*o, a, os, as*) e dativo (*lhe, lhes*).

⁸ Pode haver subida de clítico em construções de reestruturação como em (i) Eu quero-te ver / Eu quero verte; e em combinações com auxiliares: (ii) Eu estava-te a ver / Eu estava a ver-te. Por limites do trabalho, não focaremos aqui esses padrões de colocação de clíticos.

(c) Eu consegui cumprimentá-lo.

- a próclise (em orações negativas (7a), em interrogativas parciais com os pronomes interrogativos em primeira posição (7b), em subordinadas finitas (7c), em construções com complementadores negativos, como é o caso de *sem* (7d), em expressões com advérbios focalizadores como *até* (7e), quando certas expressões quantificacionais antecedem o pronome (7f), em certas anteposições que resultam em focalização (7g):⁹

(7)(a) Não o vi hoje.

(b) Onde é que o viste?

(c) Eu disse que o vi hoje.

(d) Eu saí sem o ver.

(e) Até nós o vimos.

(f) Tudo a aborrece.

(g) Dele se sabe pouca coisa.

- a mesóclise, apenas presente em certos contextos no futuro e no condicional e relacionada com a forma como tais formas verbais se formaram na história do Português, com a presença de perífrases verbais do tipo *scribere habere* em que as formas do verbo *habere* acabaram por se tornar morfemas / desinências verbais:¹⁰

(8) (a) eu escrever-lhe-ei

(b) eu escrever-lhe-ia

No sistema dos clíticos, deve assinalar-se o clítico *o*, com dois valores claros: o de pronome de 3ª pessoa singular no masculino, como em (9):

(9) Comprei um livro e li-o no fim de semana.

E o valor de clítico predicativo, que Matos (1985) designa “clítico verbal demonstrativo”, como em exemplos como os seguintes (tirados da obra referida, p. 2):

⁹ Ver, entre outros, Mateus *et al* (2003, pp. 853-856).

¹⁰ Ver, entre outros, Martins (2013, p. 2241). Além destes três padrões de colocação de clíticos, existe ainda a interpolação, um padrão conservador, que por essa razão nem costuma ser referido em aulas de PLE; trata-se da possibilidade de certas palavras, como o advérbio *não* se interpor entre o clítico e o verbo: (i) “Por isso mesmo, não perdoava que o Jaime, tão lúcido, *o não poupasse* ao espectáculo desse pavor” (Martins 2013, p. 2294).

(10)(a) O Pedro é um homem honesto porque a mãe o obrigou a sê-lo.

(b) Feliz, a Maria só pode sê-lo quando encontrar o homem da sua vida.

(c) O assunto é com o João e sempre o foi.

(d) O Pedro comprou todos os artigos expostos e a Maria disse-o a toda a gente.

Em todos os exemplos, este pronome *o* é substituível pelo demonstrativo *isso*, representando sempre um conteúdo predicativo e por vezes mesmo uma oração, pelo que alguns autores o designam também “proposicional”.

Passemos agora à ordem de palavras em Português, um tema extenso e complexo, de que aqui só daremos uma visão muito breve.

O Português é uma língua com uma ordem de palavras relativamente fixa (se a compararmos com o Latim, língua de casos), com um padrão de ordem básica SVO (11b):

(11)(a) O que é que aconteceu?¹¹

(b) O jornalista trouxe a notícia.

O facto de o Português ser uma língua em que “o constituinte que denota a entidade acerca da qual se fala desempenha a função de sujeito” faz desta língua uma “língua de proeminência do sujeito”, uma noção de Li & Thompson (1976) (cf. Duarte 2013: 404).

Isso não quer dizer que a frase não possa exibir outros padrões de ordem de palavras.

A ordem V S¹² em PE é típica de frases apresentativas, quando toda a informação veiculada é nova, quer com Vs inergativos como *trabalhar* (12b) quer com Vs inacusativos, como *chegar*, em (13b) ou construções passivas (14b):

(12)(a) Muitos operários trabalharam.

(b) Trabalharam muitos operários.

(13)(a) Os estudantes chegaram.

(b) Chegaram os estudantes.

(14)(a) Os traficantes foram presos.

(b) Foram presos os traficantes.

¹¹ O teste P / R com “O que aconteceu?” é uma resposta em que toda a informação é nova é usado para perceber a ordem básica.

¹² O termo “inversão de sujeito” surge muitas vezes para dar conta da ordem V S; note-se que a “inversão de sujeito” tanto pode ser obtida por movimento do V para a esquerda do sujeito (como em 12b) como por uma construção em que o sujeito seja basicamente engendrado, como é o caso das construções inacusativas (13b) e (14b).

A ordem V S surge muitas vezes em PE como resposta a frases em que o foco da interrogação recai sobre o sujeito:

(15)(a) P. Quem trabalhou? R. Trabalhou o João.

(b) P. Quem chegou? R. Chegou o João.

O PE exhibe igualmente sujeitos “deslocados à direita” (Duarte & Figueiredo Silva 2016: 243):

(16) Comem muito chocolate, essas crianças.

Por seu lado, os exemplos seguintes, de Duarte (2013: 401, 404) ilustram construções de tópico marcado, em que um SN que coincide com o OD em (17a) e um SPREP OI em (17b) ocupam a primeira posição na frase:

(17)(a) A viagem ao México, nós só a concretizámos nas férias passadas.

(b) A mim, os serviços ainda não enviaram a convocatória.

Como já se percebeu, em PE a informação conhecida ocupa preferencialmente a posição à esquerda, enquanto o foco, a informação nova, ocupa tipicamente uma posição à direita. Veremos adiante que em PB nem sempre é assim quanto a esta segunda propriedade.¹³

1.1. Morfologia verbal, expressão do sujeito, concordância, sistema pronominal e ordem de palavras em PB

E no PB? Como se exprime o sujeito pronominal, como se realizam e ordenam os pronomes? Como se organiza a frase?

Como escreve Mattos e Silva (2013: 145): “Inicialmente levado para os novos territórios no início do século XVI, o português europeu (PE), língua do colonizador – e língua do poder e do prestígio social – entrou em contacto, no decurso do tempo, com as numerosas línguas indígenas brasileiras, as diferentes línguas africanas chegadas pelo tráfico negreiro e as muitas línguas europeias e não europeias, faladas pelos que, mais tardiamente, emigraram para o Brasil, sobretudo a partir de meados do século XIX. Esse contacto foi

¹³ Por uma questão de limite da investigação não trataremos aqui da sintaxe das interrogativas, nem globais nem parciais. Também não discutimos a sintaxe da negação.

configurando, através de uma história longa e complexa, o que é atualmente a variedade brasileira da língua portuguesa (PB) (..)“¹⁴

Mas falar do PB é falar de uma variante extremamente heterogênea, dada a imensidão do país e dada a sua complexidade social; trata-se, com efeito, de uma variante em que coexistem fortes distinções sociais, para além da variação geográfica, coexistindo no país “gramáticas em competição”: uma gramática que caracteriza a chamada “norma culta”, a variante usada pelas classes mais escolarizadas em diversas cidades brasileiras, e a gramática do PB oral, vernacular, usada pelas classes sociais mais desfavorecidas.

Em consequência, é sempre difícil descrever o PB. De qualquer modo, os estudos realizados nas últimas décadas, nomeadamente os ligados ao projeto NURC (“Norma Urbana Culta”)¹⁵ permitem-nos elencar uma série de propriedades, que, com algum cuidado, podemos propor como definidoras do PB.

Uma dessas propriedades é, sem dúvida, a redução dos paradigmas flexionais verbais, relativamente ao PE (Galves 1993, Duarte & Figueiredo Silva 2016, Duarte 2020, entre outros), havendo autores que propõem que, na realidade, coexistem mais do que um paradigma verbal: um que ainda conserva a distinção entre 5 formas (comum ao PE), um outro um que apresenta 4, por vezes só 3 formas verbais, usado na oralidade por grande parte da população pouco escolarizada:

Português Europeu

Eu canto

Tu cantas

Ele / ela canta

Nós cantamos

Vós cantais¹⁶ / vocês cantam

Eles / elas cantam

Português Brasileiro

Eu canto

Você canta

Ele / ela canta

Nós cantamos, a gente canta

Vocês cantam

Eles / elas cantam

Esta redução é por vezes acompanhada de supressão do –s final na 1ª pessoa do plural: *roubamo, sabemos, fazemo*.

¹⁴ Mattos e Silva escrevia a seguir que tal variedade era falada por 170 milhões de pessoas, mas o último censo (2019) dá conta de 211 milhões de pessoas.

¹⁵ O Projeto, iniciado nos anos 80 do século XX e que se prolonga até à atualidade, está neste momento localizado na USP.

¹⁶ A forma *vós* de 2ª pessoa do plural é motivo de alguma polémica no PE, pois, se há alguns autores que consideram este pronome extinto, ele é ainda usado por alguns falantes mais conservadores, geralmente do norte de Portugal (ver, entre outros, Duarte, I. M. (2010).

Ora, se isto acontece, o PB usa, muito mais do que PE, as formas dos pronomes pessoais sujeito, uma vez que uma mesma forma verbal pode acompanhar três pronomes sujeito distintos, como descrito em (18):

(18)(a) você canta

(b) ele canta

(c) a gente canta

Contudo, o PB continua a usar sujeito nulo não argumental, expletivo, como em (19):

(19)(a) Está chovendo.

(b) Parece que vai chover.

Pelo que, ao contrário do PE, língua de sujeito nulo consistente, o PB é considerado língua de sujeito nulo parcial (Roberts & Holmberg 2010, Duarte & Figueiredo Silva 2016, Duarte, 2020).

Como sugerido acima, a expressão do sujeito pronominal de 3ª pessoa é regulado por várias condições contextuais.

Assim, nas duas variantes pode haver sujeitos nulos, mesmo de terceira pessoa, em pares pergunta / resposta ((20) e sempre que haja um tópico que seja responsável pela identificação do sujeito nulo (21) (Cf. Duarte & Figueiredo Silva 2016, p. 239, de onde são retirados os exemplos):

(20) E o João?_i [e]_i viajou.

(21) E o João?_i A Maria disse que [e]_i viajou.

Mas em frases do tipo de (22) parece existirem algumas diferenças entre PE e PB:

(22) (a) A Maria disse que [e] vai sair

(b) A Maria disse que ela vai sair.

No PE, o sujeito nulo na completiva é necessariamente correferente do sujeito nulo da oração matriz (22a); preferencialmente disjunto o pronome expresso (22b) (Brito 1991). Os falantes do PB admitem a correferência com sujeito expresso (cf. Duarte e Figueiredo Silva 2016, p. 240).

Outra diferença entre PE e PB relaciona-se com construções impessoais. Vimos acima que o PE exprime o sujeito indeterminado de várias maneiras, sendo uma delas através do pronome clítico *se*. Ora no PB este *se* impessoal, tal como outras formas clíticas, está em perda e por isso surgem alternativas; uma delas é a ilustrada em (23a), onde a posição de sujeito é ocupada pelo advérbio locativo *aquí*; outra possibilidade é a ausência de sujeito, como em (23b), com interpretação genérica:

(23)(a) Aqui vende sapato (Duarte & Figueiredo Silva 2016, p. 242).

(b) Nos nossos dias, não usa mais saia. (Galves 2019, p. 139)

Como já se percebe, há contrastes no sistema pronominal e nas formas de tratamento em PE e em PB.

Como vimos acima, o PE tem seis pronomes sujeito (*eu, tu, ele, nós, vós, eles*), estando o *vós* em desuso (ver nota 16). Quanto ao *você* e ao *vocês* tais formas entraram no sistema do PE, sendo usados como formas de tratamento.¹⁷

O PB só usa o *tu* em certas regiões, sobretudo no Rio Grande do SUL, tendo o *você* praticamente suplantado o *tu* como pronome de 2ª pessoa singular; o *nós* coexiste com *a gente*; e o *si* e o *consigo* são praticamente inexistentes (para um estudo detalhado ver Duarte, E. 2020, p. 2736-2739).

Em PB tem vindo a ocorrer queda dos clíticos, em particular a queda do clítico acusativo de 3ª pessoa *o, a, os, as* e do chamado clítico proposicional ou predicativo *o, a* que acima fizemos referência. Tal desaparecimento pode dar origem a dois tipos de construção:

(i) – a construção de objecto nulo em muito mais contextos sintáticos do que aqueles que ocorrem no PE:

(24)(a) Eu não sei como as pessoas conseguem ouvir o João no telefone. Às vezes eu estou ao lado dela e não vou escutando [-]. (Tarallo 1989).

(b) Conte aquela piada nova para o João. Você já contou [-] para para ele?

(c) O Pedro disse que vai passar no teste. Eu acho [-] difícil. (Lucchesi & Lobo 1996, p. 307)

¹⁷ Ver Duarte, I. M. (2010), numa perspectiva de ensino em L1 das formas de tratamento.

(ii) - utilização de pronomes de 3ª pessoa com a forma forte *ele* / *ela* em posição de complemento, embora tal ocorrência seja ainda uma forma estigmatizada pelas classes mais escolarizadas:

(25)(a) A Paula está vindo; eu já chamei ela (Lucchesi & Lobo 1996, p. 307)

(b) Ela viu eles na procissão. (Duarte 2020, p. 2737)

Quanto à ordem dos clíticos, o PB começa a evidenciar, a partir da segunda metade do século XIX, perda de ênclise para se fixar quase exclusivamente na próclise, como os exemplos seguintes ilustram:

(26)(a) Me dá um livro.

(b) Eu lembro a primeira vez que eu fui a Paris; eu me comovia tanto em chegar, entrar numa rua e puxa! essa rua tem a editora de livros não sei quê... (Duarte 2020, p. 2760).

(c) Me fugiu, esqueci o nome dele... foi o melhor fotógrafo que o Rio de Janeiro teve no começo do século. (Duarte 2020, p. 2761).

O PB apresenta por vezes uma tendência de perda de mecanismos de concordância, que se faz sentir ao nível da concordância sujeito e predicado. Scherre & Naro (1998) estudaram profundamente esse fenómeno, tendo destacado não só a dimensão socio-linguística do problema, como vários fatores linguísticos; entre eles, o aumento da saliência do material fónico na oposição singular/plural dos verbos analisados aumenta as possibilidades de concordância verbal.¹⁸

(27)(a) As exigências da criança é muito grande.

(b) eles ganha demais

(c) que as coisa tá cara, num dá mesmo

(d) os meus filhos foram alfabetizado

¹⁸ Maciel (2020) analisou recentemente a concordância SU-V com base em inquéritos e entrevistas conduzidas em Goiás, na zona de Brasília, capital federal do Brasil. A sua análise corrobora algumas conclusões anteriores: a ausência do morfema verbal de 1ª e 3ª pessoas do plural ocorre em contextos com sujeito posposto ao verbo; com verbos com menor saliência fónica; com maior distância SU-V; tendencialmente em frases com verbos inacusativos; com sujeitos com marca de plural apenas no determinante; e em frases com sujeitos realizados. O fator escolaridade foi o mais relevante entre os fatores extralinguísticos estudados, pois os morfemas explícitos de plural aumentam na mesma proporção dos anos de ensino.

No que diz respeito à ordem de palavras, há algumas diferenças subtis, que vale a pena notar. Em PB, com Vs inergativos o sujeito posposto deve ser preferencialmente um indefinido, em contextos apresentativos (Duarte & Figueiredo Silva 2016, p. 244):

- (28) (a) Viajou um estranho comigo.
(b) Telefonou um cliente.

Com Vs inacusativos, a ordem V S encontra-se em frases apresentativas ou quando o sujeito é foco, como na resposta a perguntas do tipo de (29):

- (29) Quem chegou? Chegou o carteiro.

Porém, mesmo quando o sujeito está em foco, a ordem S V pode ser produzida em PB (ao contrário do que é esperado em PE):

- (30) O CARTEIRO chegou.

Em síntese, o padrão de ordem V S é mais restringido nessa variante do que no PE e mesmo quando o sujeito é foco, este pode ser encontrado em primeira posição.

Outra propriedade importante do PB é ser uma “língua de orientação para o tópico”. Isso faz com que muitas frases não exibam a ordem e a estrutura não marcada SVO, mas sim uma estrutura de tópico-comentário. Tal ordem pode caracterizar frases com Tópico Pendente, em que o tópico não corresponde a qualquer constituinte do comentário, como em (31):

- (31)(a) O Ayrton Sena, eu acho que não foi nada premeditado não.
(b) Mas filme, eu gosto de romance mesmo, de comédia.

Ou construções em que o tópico corresponde a um constituinte no comentário, sendo em geral retomado através de um pronome (32):

- (32)(a) A Clarinha, ela cozinha que é uma maravilha.
(b) Visitas a amigos, esporadicamente eu as faço.

Todos os exemplos são tomados de Duarte 2020, pp. 2770-71.

Estamos a ver que o PE e PB se distinguem na morfologia verbal (mais reduzida no PB do que no PE), na expressão do sujeito pronominal (o PE é uma variante linguística de sujeito nulo consistente, o PB é uma variante de sujeito nulo parcial), no sistema pronominal, caracterizando-se o PB por estar a perder os clíticos de 3ª pessoa; enquanto a

concordância SU-V é obrigatória no PE, no PB encontram-se alguns casos de perda da concordância SU-V; o PE é uma variante de predominância de sujeito, o PB é uma variante de orientação para o tópico.

1.2. A expressão do dativo e do Objeto Indireto em PE em PB

Como já acima foi referido, tendo o Português perdido os casos nas expressões nominais, as preposições *a*, *para*, *em* e outras passam a exprimir informações que no Latim eram realizadas por casos.

No que diz respeito à expressão do dativo, o PE contemporâneo exhibe várias construções, ilustradas em (33), de que se destaca o uso da preposição *a* e o clítico dativo *lhe*, que por vezes aparece redobrado, como em (33c):¹⁹

(33)(a) A Maria deu-lhe um livro.

(b) A Maria deu um livro ao João.

(c) A Maria deu-lhe um livro a ele.

No PB, e em relação ao OI, há uma grande variação social e dialetal, mas a grande tendência é o uso da preposição *para* como expressão do recipiente / beneficiário, quer com verbos de transferência concreta (*dar*, *entregar*), quer com verbos de transferência perceptual ou cognitiva (*contar*, *mostrar*, *ensinar*, *dizer*, *explicar*) quer com verbos de transferência direcional (*levar*, *trazer*) (Gomes 2003);

Assim, os exemplos (34) – (36) são representativos da expressão do OI:

(34) Conta essa história do seu avô de novo. Você já contou [-] pra ele?

(35) Eu fui ganhar a chave de casa quando eu tinha dezanove anos, eu conto [-] para todo o mundo. (Duarte 2020: p. 2654)

(36) Eu ia explicar tudo para ela. (Ramos 1989: 91)

Apesar da pressão da escola, que tenta impor a preposição *a*, *para* (por vezes mesmo escrita *pra*, *pro*) seguido de SN ou seguido de um pronome oblíquo é a estratégia mais frequente para exprimir recipiente / beneficiário e destino e a preposição *a* só se encontra em falantes com uma escolarização longa (Gomes 2003). De acordo com Torres-Morais &

¹⁹ Cf. Brito (2011).

Salles (2007: 3), a variação entre *a* e *para* tende a ser menos frequente com o verbo *dar* como verbo leve, como em (37):

(37) Olha, um conselho que eu dou a você.

Como escreve Duarte (2020, p. 2737): “O clítico dativo *lhe* encontra-se completamente ausente na fala para referência à terceira pessoa” (embora em certas regiões do país possa surgir como referência à segunda pessoa (como em *eu lhe dei a senha*, ao lado de *eu vou te dar a senha* / *eu vou dar a senha pra você*).

A Construção de Duplo Objecto, sem qualquer preposição, que existe em várias línguas germânicas, em particular o Inglês, e em vários crioulos, encontra-se no PB, embora muitíssimo restringida; com efeito, apenas nalguns dialetos na Zona da Mata, Minas Gerais (Scher 1996), no dialeto de Goiás (Gomes 2003), nas comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Baía (Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapê), foram encontradas produções como (38) e sempre em falantes de baixo nível de escolaridade:

(38) ele vendia compade Jacó porco gordo (Lucchesi & Mello 2009, p. 441)

Salles (1997) encontrou no PB dialetal falado em Minas Gerais exemplos como (39), em que o OI é um pronome:

(39)(a) Maria deu ele o recado.

Vemos então que em PE a preposição *a*, além dos pronomes *me*, *te*, *lhe*, *nos*, *vos*, *lhes*, exprimem o OI, o dativo. Em PB tal preposição *a* está em perda, preferindo-se *para*, *pra* como introdutora do OI; a perda do dativo *lhe* também se faz notar. A Construção de Duplo Objeto, como forma de exprimir uma construção ditransitiva, é muitíssimo limitada no PB, tanto social como geograficamente.

1.3. Orações relativas no PE e no PB

Passemos agora a uma outra área de mudança, a expressão de orações relativas com antecedente. Os exemplos seguintes são representativos da norma europeia (Brito e Duarte 2003, p. 663):

(40)(a) Os chapéus que estavam no armário desapareceram.

(b) O livro que li nas férias ganhou um prémio.

(c) O homem de que tu me falaste está a chorar.

(d) O cão a que fizeste festas fugiu.

(e) O miúdo a quem tu deste uma prenda telefonou.

(f) Vê-se o mar da casa onde vivemos.

(g) Passo assim os dias em que estou em casa.

Vale a pena recordar as regras fundamentais que subjazem a esta construção: a oração subordinada relativa, encaixada num SN da frase matriz, contém um “gap”, uma categoria vazia, que corresponde a um dos argumentos do seu predicado verbal (veja-se, em relação ao exemplo (40c), *tu falaste de alguém / de que*):

(41) ... [SN_i [Oração relativa constituinte relativo_i ... [v_i] ...]]...

A oração relativa é iniciada, na sua periferia esquerda, pelo argumento do verbo, que foi deslocado para essa posição sob a forma de SN ou de SPREP contendo o morfema relativo (*que, em que, de que, a que, etc...*); há mecanismos de ligação que permitem que interpretemos a expressão nominal antes do pronome relativo como o seu antecedente mais ou menos da seguinte maneira, por exemplo em relação a (40c): *existe um homem; tu falaste-me desse homem e esse homem está a chorar*.

Vemos que um dos mecanismos sintáticos fundamentais é o chamado Movimento Q ou o movimento do operador relativo para a periferia esquerda da oração. E se na construção existe um SPREP como argumento do V da relativa, é esse SPREP que deve deslocar-se inteiro para essa posição periférica.

Na verdade, mesmo na variante do PE há alguns desvios em relação à descrição que acabo de fazer. Peres & Mória (1995), Brito (1995), Alexandre (2000), Veloso (2013) e Mioto e Lobo (2016), entre outros, estudaram dois tipos de desvio: as chamadas relativas cortadoras e as chamadas relativas resuntivas. Em (42) temos dois exemplos de relativas cortadoras, apresentados por Alexandre (2000):

(42) (a) “(...) é uma arte que eu dou muito valor.”

(b) “Passo assim os dias que estou em casa.”

Outros trabalhos mais recentes têm mostrado que são as preposições mais leves, como *em, a, de*, que tendem a ser suprimidas em orações relativas, sobretudo no oral e em registos escritos menos vigiados (cf. Arim, Ramilo & Freitas 2005, Santos 2014)²⁰. Embora a

²⁰ No quadro do *Projeto Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense* (PSFB), Santos (2014) encontrou inúmeros casos de relativas cortadoras, que atingem principalmente a preposição *de* e o seu estudo permitiu também mostrar alguma influência da variável escolaridade na produção desta estratégia.

produção de relativas cortadoras pareça estar a acentuar-se nas últimas décadas, o fenómeno não é inteiramente novo, como Costa (2004) mostrou ao revelar um exemplo de um documento do século XV, em que a preposição *em* está ausente (*em tempo em que era seu tetor...*):

(43) “em tempo que era seu tetor Joham afonso all/uernaz seu tióó” (*apud* Costa 2004, p. 413).²¹

Por seu lado, existe ainda a possibilidade de usar no interior da relativa um pronome, interpretado como correferente do antecedente; são as chamadas relativas resuntivas ou com pronome lembrete, designação muito usada no Brasil.

Em (44) temos dois exemplos de relativas resuntivas, apresentados em Alexandre (2000):

(44)(a) “Temos lá, no meu ano, rapazes que *eles* parecem atrasados mentais, quer dizer...” (*Projeto Português Fundamental, apud* Alexandre 2000)

(b) “... há certas coisas que não as compreendo” (*Projeto Português Fundamental, apud* Alexandre 2000)

Quer as relativas cortadoras quer as relativas resuntivas não são ensinadas nas escolas precisamente por não serem consideradas como pertencentes à norma culta.²²

Ora no PB estas construções parecem ser mais frequentes e produtivas do que no PE.

Tarallo (1983) chegou mesmo a considerar estas duas construções como mais um sinal da deriva do PB e do afastamento do PB em relação ao PE. Como dissemos acima, a análise do PE permite considerar que este fenómeno não é tão recente e inovador como Tarallo pensou. De qualquer modo, os exemplos do PB são abundantes e significativos e têm sido objeto de inúmeros estudos (Kato 1993, Kenedy 2005, Kato & Nunes 2009, Ribeiro 2009, Figueiredo Silva, C. 2019), entre outros.

²¹ Menezes (2021) analisou as orações relativas num *corpus* constituído por 116 cartas escritas de e para Floresta, cidade brasileira, desde o século XIX até ao século XXI (mais especificamente de 1823 a 2007) e notou a prevalência do *que* relativizador, especialmente a partir do final dos anos de 1970. Notou que as orações relativas cortadoras surgem apenas a partir de 1910, desaparecem na década de 1960 e tendem a estabilizar-se nos anos de 1980, quando a cidade de Floresta tem escolas diversas e os seus habitantes já frequentam universidades. Quer dizer, em registo escrito epistolar, não se confirma que as relativas cortadoras surjam associadas a falantes com menos escolaridade. No *corpus* referido as relativas resuntivas surgem em número insignificante.

²² Tendência contrária às cortadoras consiste na inserção (indevida) de preposição. Peres & Móia (1995) dão exemplos como estes, todos do oral e recolhidos em programas de rádio ou TV: (i) “Eu gostaria de colocar uma pergunta ao doutor Gilberto Madaíl, de quem admiro muito, que era...” (*Livre e Direto* RDP); (ii) “É um investimento, em que nós estamos muito satisfeitos por ter feito”; (iii) “Há uma coisa com que eu discordo”.

Lembremos alguns exemplos de relativas cortadoras do PB apresentadas por Tarallo (1983):

(45)(a) Nova Iorque é uma cidade que você respira Gershwin.

(b) Uma mulher que nós batemos na porta.²³

Kenedy (2005), com base num estudo empírico, propôs que a estratégia de movimento de SPREPs em relativas é “antinatural”, sendo adquiridas apenas através da escolarização, uma tese que tem algo de polêmico, já que em interrogativas parciais os falantes não parecem ter dificuldades em mover SPREPs desde cedo: *De quem é este livro? Para onde vais?*

Lembremos agora alguns exemplos de relativas resuntivas do PB:²⁴

(46)(a) Eu tenho uma amiga que ela é muito engraçada (Figueiredo Silva 2019, p. 294) .

(b) O vestido que saí com ele ontem está sujo. (Luchesi e Lobo 1996, p. 309)

Independentemente de uma análise sintática fina que não é nosso objetivo aqui realizar, importa referir que Kato (1993) e Kato & Nunes (2009) consideram que as relativas cortadoras e as relativas resuntivas do PB não podem ser vistas fora de tendências de construção das chamadas construções de deslocação à esquerda, onde o uso de pronomes fortes é uma possibilidade, como bem ilustrado em (47b, c):²⁵

²³ Um dos problemas que se coloca imediatamente nas relativas cortadoras e nas resuntivas é a natureza da forma *que*. O caráter uniforme deste morfema, o facto de não haver visivelmente movimento de SPREP (ou *pied piping* de SPREP) tem levado inúmeros autores a considerá-lo o complementador, não havendo movimento Q mas apenas movimento de um operador nulo (Brito 1995, Alexandre 2000 para o PE). Mas ver notas seguintes sobre o PB.

²⁴ O facto de em ambas as variantes haver casos de relativas resuntivas em que não há violação de subjacência mostra que a resuntividade, isto é, o aparecimento de pronomes em posição que poderiam ser um *gap* não é uma estratégia para salvar a construção quando o movimento é agramatical, como notam Mioto & Lobo (2016 p. 282).

²⁵ Relacionando relativas e deslocação à esquerda, Kato (1993) defendia que a forma *que* é um pronome relativo, em Kato & Nunes (2009) considerado um determinante relativo e que pode ser gerado numa posição de deslocação à esquerda, onde recebe caso por defeito. Se o *que* for gerado numa posição argumental, gera uma oração relativa *standard* e gramatical, como em (i):

(i) aquela pessoa que - comprou o livro,
onde há *pied piping* de SPREP e efeitos de “ilha”, como em (ii):

(ii) * o livro de que você falou com um aluno está precisando.

Por contraste, se o *que* for gerado numa posição de deslocação à esquerda obteremos relativas *non-standard*, sem efeitos de ilha e sem *pied piping* (iii) e (iv):

(iii) Este é o livro que eu entrevistei a pessoa que escreveu – (pro).

(iv) Este é o livro que você estava precisando – (pro).

- (47) (a) Esse livro, ele é muito bom.
 (b) Esse livro, eu comprei ele ontem.
 (c) Esse livro, eu estava precisando dele ontem.²⁶

Sumariando, para além das relativas padrão, tanto o PE como o PB exibem relativas cortadoras e relativas resuntivas; no entanto, sobretudo a segunda construção é muito mais produtiva no PB do que no PE. No caso do PB a sua sintaxe não parece poder desligar-se de mudanças operadas no sistema pronominal.

1.4. Certos fenómenos no SN

Entre o PE e o PB há certos contrastes no que diz respeito à construção do SN.

O uso de possessivos sem artigo nesta segunda variante é uma das propriedades relevantes (Neves 1993, Brito e Lopes 2016, p. 259):

- (48) (a) Nosso final de semana foi maravilhoso
 (b) Minha mala sumiu.

Como vários estudos têm mostrado (Castro 2005, Rinke 2010), tal não deve justificar-se por uma natureza distinta ou por uma diferente posição do possessivo quando isolado e quando combinado com artigo, mas sim a uma tendência do PB de queda do artigo definido, que não pode deixar de ser relacionada com o uso de nomes simples a que vou referir-me mais adiante.

Estes contrastes levam os autores a afirmar que o fenómeno de relativas cortadoras é lexicalmente muito condicionado; quer dizer, os predicados verbais que legitimam relativas cortadoras atribuem caso inerente e a categoria vazia encontrada nas relativas é um pro nulo e não um vestígio / variável. Portanto, pro é legitimado em certas relativas cortadoras e não noutras.

²⁶ Kato & Nunes (2009) mostram ainda que a deslocação à esquerda é possível em PB em contextos impossíveis em PE. Assim, consideram que os exemplos seguintes são gramaticais nessa variante:

- (i) Esse livro, eu entrevistei a pessoa que escreveu -.
 (ii) Esse livro, eu falei com um aluno que estava precisando - ontem.

Tais exemplos são surpreendentes para um falante do PE, pois eles contêm uma “ilha forte”, uma barreira ao movimento, um nó fronteira para a condição de Subjacência (o SN complexo de onde é extraído *esse livro*, por topicalização). Por isso, os autores propõem que este tipo de exemplo não envolve vestígio de um constituinte deslocado, mas um pronominal nulo (pro) e que a forma *que* aqui não será um pronome relativo mas o complementador (ver nota anterior). Os autores notam, no entanto, que exemplos como o seguinte, que envolvem a extração de um constituinte relativo *de que* a partir de uma posição de OD, são agramaticais, envolvendo uma ilha forte:

- (iii) *o livro de que você falou com um aluno está precisando -

O que os leva a propor que as relativas resuntivas estão condicionadas em PB não só por assimetrias SU / OBJ mas também pela natureza lexical do verbo, no exemplo o V *precisar*.

Outro fenómeno muito importante do PB oral e vernacular é uma tendência de perda da regra de concordância entre artigos / determinantes e nomes, ao contrário do que acontece no PE, que é caracterizado por uma regra de concordância uniforme em todos os constituintes do SN, como em (49):

(49) todos os / estes teus bons amigos (Menuzzi 1994, Brito e Lopes 2016, p. 265)

Assim, e tal como mostrado em (50), o PB pode exibir os padrões em (50a, b, c):

(50) (a) Todos os meus amigo

(b) as minha(s) amiga

(c) as amiga

(d) * o alunos novos

Sherre & Naro (1998: 4) observaram “que recebem mais marcas de plural explícitas todos os elementos nominais determinantes antepostos ao elemento nominal determinado ou núcleo (...) e recebem menos marcas explícitas de plural todos os elementos nominais determinantes pospostos ao núcleo.”

Tem havido alguma controvérsia em relação a estes dados; assumirei aqui a ideia de Menuzzi (1994) segundo a qual se o número é expresso apenas no D, o SN é gramatical no PB; se o número for especificado apenas no N e nos modificadores e não no D a construção é agramatical (cf. 50d). (cf. também Brito e Lopes 2016, pp. 266-267, de onde são tirados alguns exemplos).

Relacionado com tudo isto deverá estar o uso de nomes simples no PB, como vamos ver.

O PE admite facilmente nomes simples com nomes massivos singulares (51a) ou nomes plurais com nomes contáveis (51b) como argumentos verbais:

(51)(a) Bebo água às refeições.

(b) Gosto de morangos.

Sendo agramatical o uso de nomes contáveis singulares como argumento interno do V (52):

(52)(a) * Li livro nas férias.

(b) * Encontrámos amigo no cinema.

No PB o uso de nomes simples singulares como argumento interno é possível com a leitura existencial (53) ou genérica (54), conforme o predicado com o qual é combinado:

(53)(a) Tem carro aí.

(b) Ontem eu comprei livro no shopping.

(54)(a) Camarão é crustáceo.

(b) Elefante come amendoim.

A análise destes casos tem levado a inúmeras análises na Linguística Brasileira, que me dispense aqui de apresentar. O mais relevante é chamar a atenção para o facto de o PB admitir nomes contáveis no singular como argumento interno e com interpretação existencial (53), além de admitir nomes singulares com interpretação genérica em posição de sujeito (54) (cf. Brito e Lopes 2016, p. 269). Pelo contrário, o PE não admite nomes contáveis singulares com interpretação existencial como argumento interno do V, como é visível em (52).

Em conclusão, e no que diz respeito ao SN, o PE marca o SN com um sistema de morfologia de número uniforme; combina frequentemente artigo definido e possessivo; usa nomes simples singulares e plurais em certos contextos mas nunca usa nomes contáveis singulares em posição de argumento interno do V. Distinguindo-se do PE, o PB tem um sistema não uniforme de morfologia do plural, usa frequentemente possessivo sem artigo e, para além de outros contextos em que ocorrem nomes simples, admite nomes simples contáveis singulares em posição de argumento interno do V.

2. Repercussões para o ensino/aprendizagem de PLE

Acabámos de estudar algumas áreas de variação sintática entre o PE e o PB, que nos permitiram perceber que as duas variantes se distinguem em vários fenómenos gramaticais: no sistema pronominal, na expressão do sujeito, na morfologia verbal, na colocação dos pronomes, na expressão do Objeto Indireto, na estrutura da oração e na ordem de palavras, nas orações relativas, no uso do artigo definido em diversos tipos de contextos, entre outros temas gramaticais.

Os fenómenos apresentados justificam por isso uma reflexão sobre o ensino de PLE. Deverá ser a variedade europeia a variedade norteadora no ensino de Português Língua Estrangeira? E se numa universidade o leitor de Língua Portuguesa for de nacionalidade brasileira?

Como escreve Isabel Margarida Duarte, “é frequente, numa mesma Universidade, haver docentes que falam a variedade portuguesa e outros a brasileira, haver estudantes cujo primeiro contacto de aprendizagem foi com uma delas e outros que, conheceram, em

primeiro lugar, a outra. A situação complica-se em Universidades onde haja, também, docentes vindos de Angola ou de Moçambique, por exemplo, como em certos países de África. E mais complexa será que, nesse continente, há cada vez mais falantes que usam o português como a respetiva língua materna.” (Duarte 2016, p. 217).

Nestas circunstâncias, um docente de português, embora deva ter sempre como ponto de referência, no ensino dessa língua como língua estrangeira, as variantes padrão - neste caso a variante padrão do PE e a variedade padrão do PB - deve estar aberto a fenómenos de variação, quer ao nível da construção da frase, quer ao nível da construção do SN, do sistema pronominal, das formas de tratamento, entre outros fenómenos aqui referidos.

Como escreve de novo Isabel Margarida Duarte, “o que parece sensato (...) é que o docente ensine a sua variedade de origem (...) procurando, sempre que possível, referir características de outras variedades, e expondo, dentro da medida da sensatez, as diferenças notórias entre elas”. (idem, p. 217-8).

Costa (2018) vai mais longe na sua recomendação em usar fenómenos de variação em aula de PLE. Embora reconheça que “numa perspetiva tradicional de ensino da(s) língua(s), a variedade linguística que é objeto de ensino é, por regra, exclusivamente a norma”, há “contextos [diversos] de aquisição e de aprendizagem de segundas línguas que são (...) permeáveis à variação linguística.” E escreve: “Para o desenvolvimento de níveis superiores de proficiência comunicativa [em PLE], é crucial promover a consciência linguística da variação geográfica, social e situacional. As aprendizagens linguísticas a desenvolver devem, para isso, ter em consideração a complexidade de «regras variáveis.»” (p. 147) A autora desenvolve a este propósito uma oficina gramatical de modo a construir um percurso de consciencialização do funcionamento de pronomes átonos (cf. pp. 150-152).

3. Nota conclusiva

Com este texto penso ter mostrado que as áreas de variação sintática aqui referidas são suficientemente importantes para que figurem como matéria de reflexão e discussão em aulas de PLE, sobretudo se se pretende atingir níveis superiores de proficiência comunicativa. A elaboração de oficinas gramaticais a partir de alguns dos temas aqui afluídos afigura-se como uma metodologia enriquecedora. Devendo a aula de língua estar aberta aos usos e à reflexão gramatical, então os docentes de Português devem estar preparados para tratarem em sala de aula estes e outros fenómenos de variação entre as suas duas variantes mais estáveis, o PE e o PB.

Referências

- Alexandre, N. (2000). *A Estratégia Resumptiva em Relativas Restritivas do Português*, Diss. de Mestrado em Linguística, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Arim, E., Ramilo, M. C. & Freitas, T. (2005). Mudança em curso e os média: o caso das relativas. In M. H. Mateus & F. B. Nascimento (Orgs) *A língua portuguesa em mudança* (pp. 67-80).Ed. Caminho.
- Barbosa, P. e Raposo, E.P. (2013). Subordinação argumental infinitiva. In E.P. Raposo et al. (orgs.) (2013), *Gramática do Português* (vol. II, pp. 1901-1977). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Brito, A.M. (1991). Co-referência, Ligação e o Princípio Evitar o Pronome. In *Homenagem a Óscar Lopes* (pp.101-121). Associação Portuguesa de Linguística.
- Brito, A. M. (1995). As orações relativas restritivas nas variantes culta e oral em quatro línguas românicas, com especial incidência em Português, *Lusorama, Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa Frankfurt am Main*, 27 (junho 1995), 70-81.
- Brito, A.M. & Duarte, I. (2003). Oração relativas e construções aparentadas. In M. H. Mateus et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 655- 694). Caminho.
- Brito, A. M. (2011). Mudança e variação em Português: a expressão do objeto indirecto. *Cadernos de Literatura Comparada* 24/25, Deslocações criativas, 27-47.
- Brito, A. M. & Lopes, R. (2016). The Structure of DPs. In W. L. Wetzels, S. Menuzzi & J. Costa (eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 254-274). John Wiley & Sons, Inc.
- Castro, A. (2005). *Possessives in European Portuguese*, Ph. D. apresentada à Universidade Nova de Lisboa e a Paris VIII-Saint Denis.
- Costa, A. (2004). Aspectos das construções de relativização no português do séc. XV. In *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 409-420). APL.
- Costa, A. (2018). Variação linguística e ensino de Português, Língua Não Materna: o caso dos pronomes átonos, *Medi@ções. Revista online do Instituto Politécnico de Setúbal*, 6 (1), 147-161.
- Duarte, I. (2013). Construções de topicalização. In E. P. Raposo et al. (orgs.) (2013) *Gramática do Português* (pp. 401-426). Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I.
- Duarte, I. & Figueiredo Silva, C. (2016). The Null Subject Parameter and the Structure of the Sentence in EP and BP. In W. L. Wetzels, S. Menuzzi & J. Costa (eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. (pp. 234-253). John Wiley & Sons, Inc.
- Duarte, I. M. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In A. M. Brito (org.). *Gramática: História, teorias, aplicações*. (pp.133-146). FLUP.

- Duarte, I. M. (2016). Português. Língua policêntrica: que português ensinar em aulas de língua estrangeira? In C. Baptista de Andrade, G. Micheletti & I. R. Seara (orgs.) *Memória, Discurso e Tecnologia* (pp. 217-236). Soante, S. Paulo.
- Duarte, M. E. L. (2020). Aspectos contrastivos entre o Português do Brasil e o Português Europeu. In E. P. Raposo et al. (orgs.) (2020). *Gramática do Português* (vol. III, pp. 2735-2779). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Faria, I. et al. (1995). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Caminho.
- Figueiredo Silva, C. (2019) Uma história das relativas do português brasileiro. In C. Galves, M. Kato & I. Roberts, I. (Orgs.). *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica* (pp. 283-312). Editora da Unicamp.
- Galves, C. (1993). O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro. In I. Roberts & M. Kato (orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica* (pp. 387-408). Editora da Unicamp.
- Galves, C. (2019). Revisitando a concordância no português brasileiro. In C. Galves, M. Kato & I. Roberts (Orgs.). *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica* (pp. 127-150). Editora da Unicamp.
- Gomes, C. A. (2003). Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In M. C. Paiva. & M. E. L. Duarte (eds.). *Mudança Linguística em Tempo Real* (pp. 81-96). FAPERJ, Contra Capa.
- Gonçalves, R. & Hagemer, T. (2015). O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe, *Revista Científica da UEM*, 1 (1), 87-107.
- Kato, M. (1993). Recontando a história das relativas. In I. Roberts & M. Kato (eds.) *Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica* (pp. 223-261). Ed. da Unicamp.
- Kato, M. & Nunes, J. (2009). A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In J. Nunes (ed.) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. (pp. 93-120). John Benjamins.
- Kenedy, E. (2005). A hipótese da antinaturalidade de pied piping: evidências de teste de juízo automático de gramaticalidade em português, *Amarantes e depois – Revista da Pós-graduação em Língua Portuguesa*, 41-67.
- Li, C. & Thompson, S. (1976). Subject and Topic: a new Typology of Language. In Li, C. (ed.) *Subject and Topic*. (pp. 457-489). Academic Press.
- Lobo, M. (2013). Sujeito nulo: sintaxe e interpretação. In E. P. Raposo et al. (orgs.) *Gramática do Português*, (pp. 2309-2333). Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II.
- Lucchesi, D. & Lobo, T. (1996). Aspectos da sintaxe do Português Brasileiro. In I. Faria et al. (1995) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 303-311). Caminho.

- Lucchesi, D. & C. Mello (2009). A alternância dativa. In D. Lucchesi, A. Baxter & I. Ribeiro, (orgs.) *O português afro-brasileiro*. (pp. 427-456). Salvador, Edubfa.
- Maciel, D. (2020). *A Concordância Sujeito-Verbo no Português Brasileiro. Uma descrição do fenômeno da concordância na frase na comunidade de Valparaíso / GO* [Diss. de Mestrado, FLUP].
- Martins, A. M. (2013). Posição dos pronomes pessoais clíticos. In E. P. Raposo et al (orgs.) *Gramática do Português*, (vol. II, pp. 2231-2302). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mateus, M. H. et al (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Caminho.
- Matos, G. (1985) *Clítico verbal demonstrativo. Trabalho de Síntese em Sintaxe e Semântica do Português*. FLUL.
- Mattos e Silva, R.V. (2013). *O Português do Brasil*. In E. P. Raposo et al. (orgs.) *Gramática do Português*, (pp. 145-154). Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I.
- Menezes, A.H. N. (2021). *Cartas, tradições discursivas e mudança sintática: uma análise linguística de orações relativas produzidas por moradores de uma cidade do sertão do Brasil* [Tese de Doutorado em Ciências da Linguagem, FLUP, Universidade do Porto].
- Menuzzi, S. (1994). Adjectival positions inside DP. In C. Cremers, R. Bok-Benema, R. (eds.) *Linguistics in the Netherlands*, 11. John Benjamins, 127-138.
- Mioto, C. & Lobo, M. (2016). Wh movement: interrogatives, relatives and clefts. In W. L. Wetzels, S. Menuzzi & J. Costa (eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. (pp. 275-293). Wiley. Blackwell.
- Mota, A. (2008). Variation linguistique en portugais et contact de langues, *Phrasis*, 49 (2), 9-39.
- Neves, H. M. (1993). Possessivos. In A. T. Castilho (ed.), *Gramática do Português Falado*, Vol. III: As Abordagens. (pp. 149-211). FAPESP, Ed. da Unicamp.
- Peres, P. & Móia, T. (1995). *Áreas críticas da Língua Portuguesa*. Caminho.
- Ramos, J. (1989). O emprego de preposições no Português do Brasil. In: F. Tarallo (ed.): *Fotografias Sociolinguísticas*, (pp. 83-93). Pontes Editores, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Raposo, E. P. (1987). Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry*, 18 (1), 85-109.
- Raposo, E.P. et al (orgs.) (2013). *Gramática do Português* (vol. I e II). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Raposo, E.P. et al (orgs.) (2020). *Gramática do Português* (vol.III). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, I. (2009). As sentenças relativas. In D. Lucchesi, A. Baxter & I. Ribeiro (orgs.) *O português afro-brasileiro*. (pp. 185-208). Salvador, Edubfa.

- Rinke, E. (2010). A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de Lingüística Galega*, 2, 2010, 121-139.
- Roberts, I. & Kato, M. (1993). (orgs.) *Português brasileiro. Uma viagem diacrónica*. Editora da Unicamp.
- Roberts, I. & Holmberg, A. (2010). Introduction: parameters in minimalist theory. In T. Biberauer, A. Holmberg, I. Roberts & M. Sheehan (eds.) *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory* (pp. 1-56). Cambridge University Press.
- Salles, H. M. M. L. (1997). *Prepositions and the syntax of complementation* [PhD Dissertation]. University of Wales.
- Santos, C. S. (2014). *Relativas cortadoras no Português Europeu falado: interação com as variáveis sociais* [Diss. de Mestrado em Linguística]. U. Minho.
- Scher, A. P. (1996). *As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. [Dissertação de mestrado]. Campinas (SP): Unicamp.
- Scherre, M. M. P. & Naro, A. J. (1998). Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In G. Rufinno (Org.), *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (v. 5, pp. 509-523). (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza). Centro di studi filologici e linguistici siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Tarallo, F. (1983). *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. [Tese de Doutorado] University of Pennsylvania.
- Tarallo, F. (1989). *Fotografias sociolinguísticas*. Pontes.
- Torres-Morais, A. & Salles, H. M. (2007). Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese, *LSRL* 37, University of Pittsburgh, March 15th – 18th 2007.
- Veloso, R. (2013). Subordinação relativa. In E. P. Raposo et al. (eds.) *Gramática do Português*. (vol. II, pp. 2061-2134). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wetzels, W., Menuzzi, S. & Costa, J. (2016) (eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*, John Wiley & Sons, Inc.: Blackwell.